UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO

CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

WENDY MOREIRA RIBEIRO

GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA

SÃO LUÍS

2025

WENDY MOREIRA RIBEIRO

GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA

Monografia apresentada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante

SÃO LUÍS

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro, Wendy Moreira.

Gestão Democrática: A participação do grêmio estudantil nos processos decisórios da escola / Wendy Moreira Ribeiro. - 2025.
59 f.

Orientador(a): Carlos André Sousa Dublante. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2025.

1. Gestão Democrática. 2. Grêmio Estudantil. 3. Participação. I. Sousa Dublante, Carlos André. II. Título.

WENDY MOREIRA RIBEIRO

GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA

Monografia apresentada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dra. Carlos André Sousa Dublante.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Carlos André Sousa Dublante (Orientador)
Doutor em Educação – DEI/UFMA
Universidade Federal do Maranhão

_____

Profa. Maria da Penha Teófilo
Doutora em Educação – DEI/UFMA
Universidade Federal do Maranhão

_____

Prof. Angelo Rodrigo Bianchini
Doutor em Educação – DEI/UFMA
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado força, sabedoria, persistência e dedicação para permanecer e trilhar a jornada acadêmica. O caminho não foi fácil, mas necessário para o desenvolvimento, aprimoramento e aquisição de habilidades. Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui e por iluminar meus caminhos.

Agradeço ao professor Doutor Carlos André Sousa Dublante, pela sua orientação, pelo suporte, apoio, direcionamentos e conversas que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, sua orientação foi essencial e decisiva para a realização dos estudos, seus conhecimentos foram fontes de inspiração e base para a elaboração deste trabalho.

Á minha família que sempre esteve presente ao meu lado, me dando suporte e apoio incondicional ao longo de todo percurso acadêmico para que eu realizasse meu sonho. Por compreenderem e colaborarem com os momentos de desafios e dificuldades e estimularem meus estudos.

Às minhas amigas de curso, Anne Carolinne, Julia Fernanda, Julia Soares, Rayanne, Siuleny e Tatiara pelos momentos de força, alegria, leveza e reflexões durante este curso. A parceria no dia a dia foi motivadora para a continuação na jornada.

Aos meus professores e professoras do Curso de Pedagogia por terem enriquecido ainda mais essa caminhada, por serem compreensivos e estimularem a reflexão sobre a Educação e o papel e influência da docência para a transformação da sociedade.

Agradeço a Universidade Federal Do Maranhão por possibilitar a oportunidade de realizar esta pesquisa, pelo ambiente enriquecedor e favorável para reflexões sobre os processos que envolvem a docência.

RESUMO

A presente monografia, intitulada Gestão Democrática: a participação do grêmio estudantil nos processos decisórios da escola, tem por objetivo geral: Analisar as contribuições do grêmio estudantil no processo de democratização da gestão escolar, considerando a participação nas decisões da escola, tendo por questão norteadora central: qual a influência da participação dos membros no Grêmio estudantil no processo de democratização da gestão escolar? A gestão democrática é um elemento essencial para o processo de descentralização nas decisões no ambiente escolar. Para isso, é fundamental a participação dos atores que fazem parte da escola, entre eles, os alunos, que a partir do grêmio estudantil constitui-se em uma entidade que possibilita a representatividade dos alunos nos processos decisórios da escola, com o objetivo de terem seus anseios ouvidos e participarem de maneira ativa na elaboração do projeto político pedagógico (PPP), por exemplo. Para Gadotti, a participação e a democratização no sistema público de ensino, é a forma mais prática para a formação da cidadania, pois este processo ocorre através da participação e tomada de decisão. Nesse sentido, se faz necessário analisar os procedimentos, os processos de institucionalização e o envolvimento do grêmio estudantil da dinâmica de funcionamento da escola e na democratização da gestão. Para isso, foi utilizada a abordagem qualitativa, a pesquisa de campo que permite o panorama completo do ambiente investigado e dos participantes da pesquisa e as entrevistas semiestruturadas para compreender as perspectivas e práticas referente a participação do grêmio estudantil nos processos decisórios. Dessa forma, os resultados obtidos ao longo desta pesquisa indicam que a participação do grêmio estudantil não é ativa referente aos processos decisórios, é basicamente promover entretenimento e diversão para os estudantes.

Palavras chaves: Gestão Democrática; Grêmio Estudantil; Participação

ABSTRACT

The present monograph, entitled Democratic Management: The Participation of the Student Council in School Decision-Making Processes, has the general objective of analyzing the contributions of the student council to the process of democratizing school management, considering its participation in school decisions. The central guiding question is: What is the influence of student council members' participation in the process of democratizing school management? Democratic management is an essential element in the process of decentralizing decision-making in the school environment. For this, the participation of the actors who are part of the school is fundamental, including the students. Through the student council, they form an entity that enables student representation in school decision-making processes, with the goal of having their concerns heard and actively participating in the development of the Political-Pedagogical Project (PPP), for example. According to Gadotti, participation and democratization in the public education system are the most practical ways to foster citizenship, as this process occurs through participation and decision-making. In this sense, it is necessary to analyze the procedures, institutionalization processes, and the involvement of the student council in the school's operational dynamics and the democratization of management.To achieve this, a qualitative approach was used, including field research to provide a comprehensive view of the investigated environment and participants, as well as semi-structured interviews to understand perspectives and practices related to the student council's participation in decision-making processes.Thus, the results obtained throughout this research indicate that the participation of the student council in decision-making processes is not active; rather, its role is primarily focused on promoting entertainment and recreation for students.

Keywords: Democratic Management; Student Council; Participation

SUMÁRIO

p.

1. INTRODUÇÃO 09

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS 15

2.1. Contexto histórico: alguns recortes 19

3. MOVIMENTO ESTUDANTIL: A LUTA POR DIREITOS 25

3.1. Grêmio Estudantil 28

3.2. Gestão Democrática no Centro de Ensino 34

3.2.1 As Conquistas alcançadas pelo Movimento Estudantil 34

4. OS CAMINHOS TRILHADOS PELO GRÊMIO ESTUDANTIL 38

4.1. O percurso metodológico e o campo de pesquisa 38

4.1.1. O campo e os sujeitos da pesquisa 39

4.2. Grêmio Estudantil: representatividade, processo eleitoral, ações e práticas 40

4.3. Democratização da escola: A participação do grêmio nos processos decisórios 47

5. CONSIDERAÇÕES 51

6. REFERÊNCIAS 54

APÊNDICE: Roteiro de entrevista 58

ANEXO 59

1. INTRODUÇÃO

O grêmio estudantil é uma organização autônoma que possibilita e proporciona aos estudantes terem voz e serem ouvidos de maneira ativa na gestão escolar. Os estudantes podem dar sugestões, fazer críticas e apresentar ideias, estabelecendo o diálogo entre os alunos, professores, coordenadores e gestores. Assim, essa representação de estudantes proporciona a construção coletiva de referências para solucionar problemas e compreender o papel da escola.

Dessa maneira, os grêmios estudantis são formados por alunos, essa formação ocorre através da eleição de chapas que são grupos feitos pelos alunos e que possuem presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro-geral e diretores. Os estudantes interessados em formar o grêmio estudantil comunicam a gestão da escola, elaboram propostas e as divulgam. Realizam uma assembleia geral para definirem: nome do grêmio, as datas das eleições, as chapas, o período de campanha e a aprovação do estatuto do grêmio. Nessa assembleia todos os alunos são convidados a participar. Além disso, são realizados debates entres as chapas para que os demais educandos possam conhecer os projetos e ideias defendidos por cada grupo de alunos e consequentemente votar na chapa que representa seus interesses.

Assim, os membros eleitos do grêmio estudantil têm como função: ouvir as demandas dos estudantes e levá-las para os professores, coordenadores e gestores e comunidade escolar, ter participação ativa nos processos decisórios que ocorrem na escola, representar os alunos em reuniões do conselho escolar, nas reuniões dos representantes de classes e da associação entre pais e mestres. Além disso, possuem funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, estas que são essenciais para que, de fato, aconteça a gestão democrática nas escolas.

Nessa perspectiva, a Gestão Democrática da Educação, ocorre somente quando há a democratização da escola. Assim, é pertinente a reflexão sobre a conceituação de democracia, que segundo Benevides (2002, p.72-73):

> Democracia é o regime político de soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la – seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime da separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do liberalismo, com as liberdades individuais e liberdades públicas, que são o fundamento dos direitos civis elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade.

Ou seja, democracia é a participação do povo no processo decisório que ocorre em diversos espaços da sociedade, inclusive na escola. Nesse sentido, para que haja a concretização da gestão democrática na escola é necessária a participação de todos os envolvidos nesse espaço, entre eles dos alunos matriculados na instituição. Para isso, a escola deve promover relação de proximidade com a comunidade escolar no geral, entre os estudantes e a gestão, promovendo o respeito e compartilhamento das atividades e procedimentos que ocorrem no ambiente escolar.

Assim, é essencial refletir sobre como ocorre essa relação – alunos x gestão da escola, por meio do grêmio estudantil, seus desafios e dificuldades. Dessa maneira, se faz necessário entender quais os impedimentos encontrados para a construção dessa relação. Sendo está de suma importância e essencial, para o processo democrático.

Na especificidade da constituição dos grêmios escolares, a lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985 dispõe sobre a organização de entidades estudantis representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Nela está explicitado que:

> Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.
>
> § 1º – (Vetado.)
>
> § 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.

> § 3º – A aprovação dos Estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.
>
> Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
>
> Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 4 de novembro de 1985 (Brasil, 1985).

A formação e participação dos alunos nos grêmios estudantis e seus processos é fundamental para o desenvolvimento de diversas habilidades entre elas: autonomia, criação e defesa de ideias, solucionar problemas, ouvir as demandas dos demais alunos, empatia para com o próximo, discutir ideias e problemas, propor soluções para os problemas apresentados. Todos estes elementos estimulam o pleno desenvolvimento dos estudantes, tendo em vista que “[...] Participação e a Democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania, haja vista que a mesma dá-se na participação, no processo de tomada de decisão” (Gadotti, 2000).

Portanto, o processo democrático que envolve o Grêmio estudantil colabora e estimula o desenvolvimento da cidadania, para que o indivíduo aja de maneira consciente dos seus direitos e deveres. Ao proporcionar que os membros da comunidade escolar participem das discussões, diálogos e decisões, a escola incentiva a construção e a conscientização sobre a importância de desempenhar seu papel e participar das decisões.

A gestão democrática é uma maneira de gerir a instituição, com a participação ativa de toda comunidade escolar, de forma transparente e democrática nas decisões dos processos educacionais. O projeto político pedagógico (PPP) da escola é um desses processos, se caracteriza por ser um documento obrigatório para as escolas com o objetivo de orientar as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo. Este documento possui informações gerais da escola, como, histórico, CNPJ, missão, o público atendido etc.

A sua elaboração é coletiva e democrática, inclui a participação do grêmio, é uma maneira de apresentar a escola, abordagem pedagógica, seus valores e crenças para a sociedade. Além disso, o grêmio estudantil também participa da elaboração do regimento escolar (RE), da Eleição de diretores entre outros, estes constituem-se aspectos que refletem a dinamização do processo

participativo na escola, considerando que “[...] a participação propriamente dita é aquela relacionada com partilha de poder, a participação na tomada de decisões” (Paro, 2002, p.16).

Nessa partilha e tomada de decisões a escola tem a responsabilidade de garantir a participação de todos. Para isso, deve construir a aproximação entres os pais, alunos, professores, comunidades e ambiente escolar, esclarecendo o que é o grêmio estudantil, suas implicações e importância para a democratização da escola, através de palestras e rodas de conversas. Assim, promove a participação ativa e consciente de todos que compõem os diversos segmentos da escola nos processos decisórios.

O Grêmio Estudantil representa os estudantes dentro da escola e defende a garantia da qualidade no processo educacional. Este processo que assume papel basilar no desenvolvimento dos alunos em sua completude: físico, social, cognitivo e afetivo. Nesse sentido, as práticas no ambiente escolar devem considerar esses elementos e propiciar instrumentos para que o educando se desenvolva em sua totalidade. A participação dos alunos nas decisões é benéfica e impacta a curto e a longo prazo, a comunidade e toda sociedade.

Para que de fato se concretize, o que está na Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sobre a definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

> I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
>
> II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, art. 14).

A concretização dos processos participativos na escola, depende a princípio da superação das dificuldades encontradas, entre as quais, o não interesse, a desmotivação familiar, o desconhecimento do papel do grêmio estudantil, a ausência de informação, a falta de tempo para desenvolver as atividades do grêmio. Destacando a relevância dos estudantes no processo participativo, torna-se importante refletir sobre os impactos do Grêmio estudantil

na democratização da escola, bem como, sua importância para a sociedade, sendo essencial conhecer as suas formas de funcionamento e as contribuições à gestão democrática.

O Grêmio estudantil, busca desenvolver de maneira coletiva e democrática estratégias para que a escola ofereça educação de qualidade, solucione problemas e construa iniciativas para a melhoria dos processos que ocorrem no ambiente escolar. Dessa maneira, é relevante analisar os mecanismos que estimulam a participação da comunidade nas decisões. Haja vista que:

> A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões (Paro, 2002, p.96).

Nesse sentido, é necessário conhecer e analisar as ações que a escola desenvolve para aproximação dos estudantes e comunidade. Esclarecendo através de rodas de diálogos, reuniões e palestras sobre os elementos que constituem o cotidiano escolar. Além disso, garantir que a comunidade tenha acesso a essas informações e participe de maneira ativa e consciente, é um ato constitucional. Segundo o Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios “VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988).

Conhecendo as dificuldades para a execução e consolidação da constituição do Grêmio estudantil enquanto instância que integra os mecanismos para democratização da gestão escolar, considerando o envolvimento dos discentes nos processos decisórios, se faz necessário a avaliação dos procedimentos adotados pela escola para a democratização e participação da comunidade nas decisões. Tendo a oportunidade de identificar os possíveis desafios para o êxito desse processo, e percebermos a relevância da prática democrática a partir do Grêmio estudantil. Neste sentindo, questiona-se, qual a influência da participação dos membros no Grêmio estudantil no processo de democratização da gestão escolar?

Para investigar esses possíveis impactos serão analisadas as contribuições do grêmio estudantil no processo de democratização da gestão escolar, considerando a participação nas decisões da escola. Assim, se faz necessária a compreensão do processo de institucionalização dos grêmios escolares no contexto brasileiro, analisar os procedimentos adotados na escola para institucionalização, composição e participação o grêmio nas decisões da escola e o envolvimento dos integrantes do grêmio escolar na dinâmica de funcionamento da escola e na democratização da gestão. Nesse cenário, é importante refletir sobre o nível de entendimento e conhecimento do grêmio estudantil sobre os procedimentos e documentos existentes na escola, sobre a relação entre a gestão e o grêmio, e entre o grêmio e os demais estudantes. Esta pesquisa, é motivada pelo desejo de compreender e conhecer a realidade vivenciada por estudantes que se candidatam a participar do grêmio estudantil para representar os demais colegas, o interesse surgiu a partir da leitura de um texto sobre gestão educacional democrática, disponibilizado durante a realização da disciplina de gestão e organização de sistemas educacionais II, ministrada pelo professor Dr. Carlos André Sousa Dublante, do curso de Pedagogia. Além disso, entender o protagonismo juvenil na escola, observar quais os impedimentos, desafios e dificuldades enfrentadas por esses jovens no processo de tornar a escola um local mais democrático. A seguir, na seção 2 é feito o levamento do contexto histórico, baseado nas constituições federais já existentes no Brasil para analisar o desenvolvimento do conceito de democracia no país e sua estruturação legal. Na seção 3, é apresentada a luta do movimento estudantil para que os jovens sejam protagonistas, a relação deste movimento com o grêmio estudantil e suas conquistas para o campo da Educação e sociedade. Na última seção, 4, é feita a descrição do campo de pesquisa e os participantes entrevistados, resultando em considerações e reflexões acerca dos impactos do grêmio estudantil na escola e em seu processo de democratização.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Democracia, segundo o dicionário online de português, Dicio, é um governo em que o poder é exercido pelo povo, ou seja, o povo participa de maneira ativa dos processos decisórios. Assim, se faz necessária a exposição e defesa de suas ideias, sugestões, projetos etc. Para que a democracia seja de fato concretizada é essencial que o povo participe das decisões. A escola como instituição formadora de cidadãos que possam atuar na sociedade deve promover situações para que as práticas democráticas sejam concretizadas. Vale ressaltar que "[...] a presença dos pais, famílias e demais usuários no interior da escola não constitui novidade histórica. Ela tem sido estimulada há décadas no âmbito de várias concepções pedagógicas e lutas da sociedade [...]" (Spósito, 2001, p. 46-47).

No contexto da antiguidade grega apenas uma pequena parte dos cidadãos eram reconhecidos pela sociedade para que pudessem exercer e participar da vida pública e política. Os considerados cidadãos livres, que eram os homens livres nascidos na cidade de Atenas, podiam participar das Assembleias, propor legislação e deliberar questões públicas. Dessa maneira, somente uma parte da sociedade desfrutava do privilégio do poder de decisão e a outra parte era excluída (mulheres, estrangeiros e escravizados).

Durante a idade média, com o governo monárquico absolutista, o poder de decisão era destinado ao Rei, está escolha baseava-se em princípios cristãos, ou seja, o poder de decisão destinava-se somente ao Rei. A sociedade era dividida entre o clero (igreja católica, funções religiosas), nobreza (senhores feudais, funções militares) e servos (camponeses, pagavam os tributos e viviam em situação precária).

Na chamada idade moderna o conceito de democracia se estendeu para a capacidade de participação cidadã aliada com a ampliação do poder de voto para todos. Na idade contemporânea, o voto se tornou a principal ferramenta de expressão da vontade popular, utilizado para eleger representantes responsáveis por assuntos políticos, a universalização da cidadania e o desenvolvimento relacionado a educação. Direito assegurado na Constituição

Federal de 1988 em seu “[...] Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei” (Brasil, 1988).

Dessa maneira, é possível compreender que o conceito de democracia foi sendo modificado e expandido em decorrência das mudanças ocorridas em cada tempo histórico, os indivíduos que anteriormente eram excluídos e marginalizados de exercer seu voto e manifestar sua opinião, posicionamento e entendimento, conquistaram espaço devido as lutas, discussões e diálogos para que tivessem seus direitos garantidos e exercessem a cidadania.

A luta pela democracia no final dos anos de 1970, no Brasil, levou ao processo de democratização das oportunidades educacionais e da gestão da educação. A gestão, em seu sentido geral, se refere ao processo de administrar recursos materiais e financeiros, pessoas, estratégias e objetivos para que o planejamento, a organização, as metas realizadas se concretizem de maneira harmônica. Para Luck (2010, p. 35-36):

> Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissados com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados.

Assim, no cenário escolar, é necessário administrar um conjunto de atividades, supervisionar as equipes, avaliar os resultados obtidos, coordenar ações, dialogar com a comunidade para que a escola funcione da melhor maneira possível, garantindo o ambiente de aprendizagem e o bem-estar para todos. Nesse processo, a gestão democrática se faz crucial para que os atores de dentro e fora do ambiente escolar sejam ouvidos, opinem, deem sugestões para os procedimentos que acontecem na escola e vivenciem esse processo de liberdade no qual todos participam de maneira ativa. Dessa maneira:

> [...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mais vislumbra, nas especificidades dessa prática social e

> de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e consequentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (Dourado, 2011, p. 95-96).

A gestão democrática na escola tem como propósito garantir a participação de todos nas decisões tomadas. Esse modelo de administrar que visa superar a centralidade e as determinações pré-estabelecidas, é responsável por envolver e estimular que todos os membros da comunidade escolar participem das ações.

No Brasil, as discussões em torno de uma gestão escolar democrática se intensificaram a partir dos anos de 1990, devido a ideia de democratizar as relações e buscar estreitar a relação entre Estado e sociedade civil na garantia do direito a educação. Para isso, no cenário educacional, a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/1996) foram fundamentais para o reconhecimento da educação como direito, na garantia do acesso e da permanência, bem como, para o reconhecimento da necessidade da adoção da gestão democrática como um dos princípios da educação pública. Para Barroso (2006, p. 59):

> [...] Pensar as políticas e a gestão da educação no Brasil, sobretudo a partir da defesa de um padrão de qualidade socialmente referenciada, nos insere no desafio de pensar a lógica centralizada e autoritária que tem permeado as políticas educacionais para todos os níveis de ensino, particularmente para a educação básica. Esse nível de ensino, composto pela educação infantil, ensino fundamental e médio, possui estruturação complexa e heterogênea, fortemente balizada por múltiplas formas de regulação e controle, incluindo a ação do MEC, dos sistemas de ensino e das escolas (caracterizadas como espaço de regulação importante na materialização das políticas).

Historicamente, a sociedade brasileira vivenciou inúmeros episódios de autoritarismo e exclusão, influenciando no padrão de comportamento de não participação em processos decisórios em determinados períodos históricos, principalmente, os ditatoriais. No entanto, a luta pela participação nas decisões e a esperança por mudanças no país, demonstram a capacidade de como o povo brasileiro enfrenta e supera os desafios. É essencial compreender que

> A escola é ao mesmo tempo instituição constituinte da sociedade e constituitiva desta, ou seja, é neste movimento de diferentes

> personagens históricos nas decisões da escola que ela vai se tornando mais real, mais concreta aos olhos da comunidade (Hora, 1994, p.49).

A escola de certa maneira reproduz ações e comportamentos existentes na sociedade. Nesse sentido, os processos decisórios que ocorrem no ambiente escolar, na maioria das vezes são de conhecimento limitado apenas à equipe diretiva e aos funcionários da escola. Esse cenário, precisa ser alterado, a comunidade, os pais e responsáveis, e os alunos necessitam estar conscientes das decisões que envolvem a escola, haja vista, que são esses indivíduos que vivenciarão os resultados dessas decisões. Esse comportamento de participação nas decisões escolares constrói indivíduos com pensamento críticos, conscientes do seu papel na sociedade e confiantes para exercerem a sua cidadania.

A democracia, elemento essencial para que a cidadania seja colocada em prática, auxilia na descentralização da gestão nas tomadas de decisões. Para que isso ocorra, a gestão deve compreender que a participação de todos os sujeitos da escola (pais, alunos, professores, comunidade) é primordial para a compreensão dos procedimentos que respaldam as decisões tomadas pela gestão escolar, pois, "[..] a gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola (Bastos, 1999, p.15)".

Essa participação no interior da escola, promove a aproximação entre escola e comunidade, essencial para que ambas desenvolvam o seu papel na construção dos sujeitos que se estimulados corretamente exercerão a consciência democrática nos diversos processos decisórios da sociedade. Essa relação próxima entre escola e comunidade, possibilita que os sujeitos se sintam pertencentes a esse ambiente, que vejam nesse ambiente liberdade para debaterem e exporem suas opiniões, ideias, críticas e posicionamentos. Contribuindo para que a ideia de autoritarismo e exclusão, sejam superadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 possui os artigos 12 e 13 que estabelecem a descentralização das responsabilidades no ambiente escolar.

> Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

> VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
>
> Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:
>
> VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

O grêmio estudantil, propicia a interação entre os estudantes e os gestores da escola, ou seja, os sujeitos que são beneficiados com as políticas públicas que a escola é contemplada, têm a oportunidade de fiscalizar, opinar e modificar essas políticas por meio da sua participação. As questões que são abordadas pelo grêmio têm caráter organizacional, financeiro, administrativo e político. A partir do cenário de redemocratização, em 1985, o grêmio estudantil foi criado, considerando o cenário de lutas do movimento estudantil que se mobilizou para enfrentar desafios e barreiras vividos na Educação, os grêmios estudantis se tornam ferramenta essencial para o fortalecimento da participação democrática e a fiscalização de políticas públicas.

2.1 O contexto histórico: alguns recortes

Na República Velha, conhecida como primeira república, período que ocorreu de 1889 a 1930, foi marcado por restrições e discriminações. As oligarquias exerciam o domínio político e econômico. Na constituição de 1891, sobre o voto:

> Art 47 – O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.
>
> Art 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
>
> § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
>
> 1º) os mendigos;
>
> 2º) os analfabetos;
>
> 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
>
> 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.
>
> § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Dessa maneira, observar-se que a participação popular não era uma prerrogativa para a existência do processo eleitoral, era limitada, excluindo-se, ainda, as mulheres. Além do processo eleitoral, a educação era administrada de maneira autoritária.

Na Era Vargas, que sucedeu de 1930 a 1945, houve mudanças e inovações, como a criação do salário-mínimo, voto feminino e leis trabalhistas. O Estado controlava a participação popular. Na constituição de 1934, no seu artigo 149:

> Art. 149. A educação é o direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

A solidariedade humana é uma maneira de manifestar disposição em ajudar o outro com suas preocupações, dificuldades e sentimentos. Relacionando-se com a gestão democrática que necessita de sensibilidade ao olhar os processos educativos, cooperação e partilha de poder para desenvolver em todos os aspectos as potencialidades dos educandos. Embora não falando-se de gestão democrática neste período, abriu-se margem para a democratização do acesso à educação, mas, a quantidade de escolas existentes continuou sendo um impeditivo para que este acesso de fato se materializasse.

A constituição de 1946, definiu a Educação como dever do Estado e enfatizou o direito de todos os cidadãos a Educação, reforçando a prerrogativa constitucional presente na Constituição de 1934. Além disso, a diversificação do sistema educacional, liberdade de criação e gestão das instituições de ensino e a estimulação a participação da sociedade no processo de construção de elementos educacionais, proporcionaram cenário de democratização. No seu capítulo II, A Constituição Federal relata, em seu Art 166, que “[...] A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (Brasil, 1946).

Entre os anos de 1964 a 1985, ocorria no Brasil a ditadura militar, que teve sucessivos governos comandando o país. Esse regime, caracterizado por ser

autoritário, censurar a imprensa e restringir os direitos políticos, normalizados pelos Atos Institucionais, foi marcado pela repreensão e exclusão em todos os segmentos da sociedade. Sendo impedidos atos de mobilização e participação popular.

Na década de 1980 o Brasil, vivenciava o processo de redemocratização e implementação de políticas educacionais que visavam proporcionar o acesso e a permanência na escola, e especificamente em 1988, houve a promulgação da nova Constituição Federal, que enuncia no:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse cenário, a educação se torna objeto de luta em prol da garantia para que todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso à escola e não fossem excluídos do processo de escolarização. Devido as lutas dos movimentos sociais, a gestão democrática se tornou pauta a ser considerada e discutida nos debates acadêmicos e instituições da sociedade civil. Para que essas políticas fossem implementadas houve articulação intergovernamental. Sobre isso Weber (2003, p. 15) considera que:

> Os exemplos mais salientes desse movimento interno podem ser encontrados na experiência educacional de Minas Gerais, durante o Governo Tancredo Neves, realimentado pelas sucessivas e conflitivas etapas do Congresso Mineiro de Educação; nas propostas de São Paulo em relação à permanência do aluno na escola e a redução dos índices de repetência, sintetizadas no Ciclo Básico; na criação de ambiente alfabetizador desde a pré-escola, em Pernambuco; na ênfase dada a eleição direta de diretores escolares, no Paraná; no aprofundamento da municipalização do ensino, no Rio Grande Sul; na ação articulada das secretarias estaduais de educação frente à política adotada pelo MEC, particularmente no que dizia respeito aos critérios para obtenção de recursos financeiros e ás atividades de apoio ao aluno (merenda, livro didático, saúde escolar) que resultaram na constituição do Fórum de Secretários de Educação (Consed); na organização das secretarias municipais de educação, culminando na Undime, nas iniciativas tomadas no âmbito de diversos estados em relação a capacitação periódica de professores, propiciada geralmente com o apoio da instância universitária e, finalmente, nos programas de melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas, com a colaboração de pais e comunidade.

Assim, a escola se torna uma instituição que aborda elementos sociais, econômicos, políticos e culturais. Sendo Responsável pelo pleno

desenvolvimento dos educandos. Com isso, se fez necessário que as decisões sejam definidas de maneira democrática e consequentemente com a participação de novos sujeitos (professores, alunos, pais, comunidade) e a gestão. Para Netto:

> (...) o essencial da Constituição de 88 apontava para a construção – pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-Estar Social: não é por acaso que, no texto constitucional, de forma inédita em nossa lei máxima, consagram-se, explicitamente, como tais e para além de direitos civis e políticos, os direitos sociais (coroamento, como se sabe, da cidadania moderna). (Netto, 2003, p. 77).

Dessa maneira, as informações e decisões que anteriormente eram centralizadas, autoritárias, excludentes passaram a ser compartilhadas por todos os sujeitos participantes do ambiente escolar.

Além disso, o processo de descentralização que se iniciou em 1980 foi consolidado e legitimado em 1988, com a Constituição Federal. Considera-se a descentralização, "[...] como um instrumento de modernização gerencial da gestão pública, é difundida como um mecanismo para corrigir as desigualdades educacionais, por meio da otimização dos gastos públicos" (Azevedo, 2002).

Nesse sentido, evidenciou-se a descentralização político-administrativa e permitiu a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. O propósito era tornar os cidadãos responsáveis pelos serviços e direitos públicos, possibilitando cobranças, exigências e fiscalizações. As competências foram transferidas do governo central para os municípios e estados. Os municípios ficaram responsáveis pela oferta da educação obrigatória do ensino fundamental e educação infantil e os estados responsáveis pela oferta obrigatória do ensino médio. As características principais foram:

1. A criação de órgãos municipais para gerir e administrar os fundos municipais de educação.

2. As instituições nacionais foram transferidas para os municípios e estados.

3. O Estado poderia possibilitar subsídio à educação privada.

Em 1990, intensificou-se os debates sobre a gestão educacional democrática, descentralização e reformas educacionais e houve fortalecimento

de movimentos e organizações sociais, contribuindo para o acompanhamento e transparência nas políticas públicas. Essas discussões defendiam a ideia de que a descentralização seria uma opção interessante, pois promoveria a autonomia, eficiência, qualidade do ensino e participação da comunidade na escola.

A Lei n° 9.394 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Responsável por determinar a carga horária mínima de 200 dias letivos, por fixar o Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ser renovado a cada 10 anos, pela gestão democrática do ensino público, autonomia da escola, no sentido pedagógico, administrativo e financeiro. Conforme o:

> Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Brasil, 1996)

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n° 13.005/2014 com duração de 10 anos, ou seja, esteve em vigor até 2024, sendo prorrogado até 2025, é responsável por definir metas e estratégias para a melhoria da qualidade educacional. Nesse sentido, esse plano possui 20 metas e 18 objetivos para serem desenvolvidos e alcançados. Para isso, é essencial a harmonia entre a União, os Estados e Municípios do país. Nesse cenário, a gestão democrática é destacada em uma das metas, objetivando a inclusão, qualidade e equidade no ambiente escolar. Sendo esta:

> Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Entre as estratégias para que essa meta seja concretizada está:

> 19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
>
> 19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

A gestão democrática no Brasil, é reflexo de movimentos de lutas por inclusão e participação de maneira efetiva nos processos decisórios. A construção desse espaço de liberdade e garantia de direitos é contínuo e desafiador. Participar de maneira ativa dos processos de decisão no ambiente escolar é indispensável para o exercício da cidadania e democracia. Para isso, a conscientização sobre participar dos processos que acontecem na escola é essencial. É indispensável a escola contribuir e estimular a participação da comunidade no acompanhamento dos procedimentos decisórios para que a democracia seja concretizada no ambiente escolar, dando voz de destaque aos alunos que estão na instituição.

3 MOVIMENTO ESTUDANTIL: A LUTA POR DIREITOS

O movimento estudantil (ME) é formado por um conjunto de entidades, organizações e atividades que são desenvolvidas com o objetivo de representar os estudantes e busca promover a luta e defesa de seus direitos e interesses. Esse movimento é uma maneira de engajamento político e mobilização social dos estudantes em pautas importantes da sociedade, como, por exemplo, questões ambientais, políticas, econômicas e sociais, para que possam ter as suas reivindicações, sugestões, opiniões e ideias ouvidas e atendidas, e consequentemente usufruírem das mudanças causadas através desse cenário democrático. Para Demo (1993, p. 2): “[...] é a sociedade organizada que define o papel e o espaço do Estado, não o contrário”.

Além disso, o movimento estudantil contribui de maneira significativa na construção e desenvolvimento da cidadania dos estudantes, pois possibilita que estes vivenciem e participem de debates críticos, proporcionando o amadurecendo político e a atuação de maneira ativa na construção de uma sociedade mais igualitária, justa, democrática e inclusiva. Participam do ME estudantes de diversas faixas etárias, mas na maioria especificamente são os

estudantes do Ensino Médio e das Universidades. Demo diz que: “[...] a conquista participativa constitui-se em componente fundamental da política social, que já não pode ser resumida a serviços do Estado ou a propostas das instituições de planejamento, ou a atendimentos compensatórios e assistencialistas” (Demo, 1993, p. 16).

O Movimento Estudantil, historicamente contribuiu para a transformação e aquisição de direitos estudantis. No Brasil, esse movimento se inicia no ano de 1901 com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros (FEB) que teve breve tempo de atuação. Em 11 de agosto de 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é criada com o propósito de representar e unificar os estudantes e seus interesses. A UNE, esteve presente lutando pela categoria dos estudantes em diversos momentos históricos brasileiros.

Durante a Era Vargas (1930-1945), os estudantes se mobilizaram para lutar contra o fascismo e o fim do Estado Novo (1937-1945). Na Ditadura Militar (1964-1985), os estudantes foram resistência ao regime vigente. Nesse período foi sancionada a Lei Suplicy de Lacerda ou Lei n° 4.464, em 9 de novembro de 1964, que diz:

> Art. 6º A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:
>
> a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;
>
> b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
>
> c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;
>
> d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
>
> e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados a possibilidade de apresentação de recurso;
>
> f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;
>
> Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.
>
> Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou escola e estatuto de cada Universidade disporão sôbre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sôbre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.
>
> Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras

> de caracter assistencial, esportivo ou cultural de interêsse dos estudantes.
>
> Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.
>
> Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Observa-se que essa Lei Suplicy de Lacerda, proibiu as manifestações ou ações relacionadas a propaganda político-partidária do movimento estudantil, os estudantes repetentes, matriculados ou dependentes em regime parcelado, se tornaram inelegíveis, a ausência de estímulo para a participação das diretorias do movimento estudantil.

A passeata que ocorreu em 1968, chamada de “Passeata dos Cem Mil”, foi um evento que reuniu estudantes e diversas pessoas da sociedade para lutar contra a repreensão. Durante a década de 1980, período de redemocratização do Brasil, o movimento estudantil se fortalece ganhando força, durante as “Diretas já”, para exigir que houvesse eleições para a presidência. Importante ressaltar que em 1985, o deputado e ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, teve seu projeto de legalizar novamente a entidade, aprovado.

Na década de 1990, o movimento estudantil esteve presente em protestos contra o aumento do valor da mensalidade nas faculdades privadas e os cortes na educação, na luta por uma educação de qualidade, defendendo melhorias, se posicionou contra as privatizações. Além disso, participou das manifestações que pediam o impeachment de Fernando Collor.

Recentemente, em 2010, os estudantes ocuparam as escolas e universidades protestando contra os cortes de verba na educação e as reformas do ensino médio. Em 2013, as “Jornadas de junho”, sinalizam contrariedade as políticas educacionais específicas, por exemplo, o projeto “Escola Sem Partido”.

É nítido que a união dos estudantes para lutarem por seus diretos e reivindicações trouxe impactos e representatividade para os estudantes de outros estados e municípios, na educação, política e na mobilização social. Os estudantes se organizavam e discutiam os próximos passos a serem dados

nessa luta por aquisição de direitos. Assim, conquistaram transformações educacionais importantes, exemplificando, as cotas raciais e sociais nas universidades, mudanças nos currículos e metodologias de ensino, lutaram pela democratização do país, formaram representantes na política, Dilma Rousseff e José Serra, foram participantes do movimento estudantil e posteriormente exerceram cargos políticos de extrema importância para o país. Também, colocaram a educação no centro de diversas discussões e eventos. Através das mobilizações estimularam a conscientização social sobre igualdade, justiça climática, cidadania, artes e suas manifestações culturais.

3.1 Grêmio estudantil

O grêmio estudantil é uma organização que faz parte da escola, é autônoma e formada por estudantes para representar os demais colegas, seus interesses e anseios no ambiente escolar. Assim, possui o propósito de aproximar através do diálogo alunos, professores, coordenação e direção escolar para que juntos encontrem soluções para as demandas apresentadas. Os objetivos do Grêmio Estudantil que é o órgão máximo de representação dos estudantes. São:

> Art. 2º: O Grêmio tem por objetivos:
>
> I – Representar condignamente o corpo discente;
>
> II – Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Colégio;
>
> III – Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
>
> IV – Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, buscando seus aprimoramentos;
>
> V – Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional, assim como a filiação às entidades estudantis secundaristas – UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas);
>
> VI – Lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da Escola.

A Assembleia Geral é o momento de reunião entre os demais estudantes e os membros que formam o Grêmio. Assim, podem discutir, dialogar, propor, apresentar, deliberar e tomar decisões relacionadas a entidade e aos anseios dos alunos. Essas reuniões podem ocorrer de maneira previamente organizada ou em situações emergentes e específicas. A assembleia é o órgão máximo de decisão do grêmio estudantil e cabe às seguintes competências:

> Art. 10º - Compete à Assembleia Geral:
>
> • Aprovar e reformular o Estatuto do Grêmio;
>
> • Eleger a Diretoria do Grêmio;
>
> • Discutir e votar as teses, recomendações, moções, adendos e propostas apresentados por qualquer um de seus membros;
>
> • Denunciar, suspender ou destituir diretores do Grêmio de acordo com resultados de inquéritos procedidos, desde que comunicado e garantido o direito de defesa do acusado, sendo que qualquer decisão tomada neste sentido seja igual ou superior a 2/3 dos votos;
>
> • Receber e considerar os relatórios da Diretoria do Grêmio e sua prestação de contas, apresentada juntamente com o Conselho Fiscal;
>
> • Marcar, caso necessário, Assembleia Extraordinária, com dia, hora e pautas fixadas;
>
> • Aprovar a constituição da Comissão Eleitoral, sempre composta com alunos de todos os turnos em funcionamento na Escola, com número e funcionamento definidos na Assembleia.

O processo de implementação do grêmio estudantil é realizado através de eleições, os grupos de estudantes formam as chapas que concorrerão nas eleições, apresentam suas propostas, projetos e interesses aos demais estudantes e estes realizam seus votos nas chapas que os represente. De acordo com o Estatuto do Grêmio Estudantil:

> Art. 37º - A Comissão Eleitoral deve ser escolhida em Assembleia Geral pelo menos um mês antes do final da gestão. A Comissão deve ser composta por alunos de todos os turnos em funcionamento na Escola. Os alunos da Comissão não poderão concorrer às eleições. A Comissão definirá o calendário e as regras eleitorais que devem conter:
>
> • Prazo de inscrição de chapas;
>
> • Período de campanha;
>
> • Data da eleição;
>
> • Regimento interno das eleições.
>
> Art. 38º
>
> As inscrições de chapas deverão ser feitas com os membros da Comissão Eleitoral, em horários e prazos previamente divulgados, não sendo aceitas inscrições fora do prazo ou horário.

> Art. 39º
>
> Somente serão aceitas inscrições de chapas completas.

As chapas são formadas por um grupo de estudantes que desejam se candidatar ao grêmio estudantil. Para isso, escolhem um nome para a sua chapa e constroem projeto para apresentar para os demais colegas. Assim, as chapas precisam ter propostas interessantes e que sejam realizáveis, ouvirem os eleitores e refletirem sobre as possíveis soluções para problemas apontados por eles é um caminho a ser trilhado e desperta o sentimento de familiaridade entre os colegas e a chapa. Os membros da chapa são: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-geral, Tesoureiro e os diretores. O presidente é responsável por presidir reuniões, assinar documentos oficiais, na sua ausência o vice-presidente assume essas funções.

> Art. 16º - Compete ao Presidente:
>
> • Representar o Grêmio dentro da Escola e fora dela;
>
> • Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Grêmio;
>
> • Assinar, juntamente com o Tesoureiro-Geral, os documentos relativos ao movimento financeiro;
>
> • Assinar, juntamente com o Secretário-Geral, a correspondência oficial do Grêmio;
>
> • Representar o Grêmio no Conselho Escolar;
>
> • Cumprir e fazer cumprir as normas do presente Estatuto;
>
> • Desempenhar as demais funções inerentes a seu cargo.

O Secretário-geral é responsável por convidar e registrar nas atas as temáticas debatidas nas reuniões, manter a organização dos documentos, escreve as correspondências do grêmio e as assina com o presidente, divulga os editais e expedi os convites. De acordo com o regimento do grêmio:

> Art. 18º - Compete ao Secretário-Geral:
>
> a) Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;
>
> b) Lavrar atas das reuniões de Diretoria;
>
> c) Redigir e assinar com o Presidente a correspondência oficial do Grêmio;
>
> d) Manter em dia os arquivos da entidade.

O tesoureiro-geral é quem administra as finanças, os gastos e lucros, ao final do mandato tem que entregar um documento com as informações sobre o dinheiro. A respeito dessa função:

> Art. 20º - Compete ao Tesoureiro-Geral:
>
> a) Ter sob seu controle todos os bens do Grêmio;
>
> b) Manter em dia a escrituração de todo o movimento financeiro do Grêmio;
>
> c) Assinar com o Presidente os documentos e balancetes, bem como os relativos à movimentação financeira;
>
> d) Apresentar, juntamente com o Presidente, a prestação de contas ao Conselho Fiscal.

Os diretores possuem funções específicas e de acordo com a temática que lhe foi responsabilizada, por exemplo, o diretor social, organiza os colaboradores e festas promovidas pelo grêmio. O diretor cultural organiza eventos teatrais, musicais, literários etc. Segundo o documento que baseia as práticas do grêmio:

> Art. 24º - Compete ao Diretor Cultural:
>
> a) Promover a realização de conferências, exposições, concursos, recitais, festivais de música e outras atividades de natureza cultural;
>
> b) Manter relações com entidades culturais;
>
> c) A organização de grupos musicais, teatrais etc.;
>
> d) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

O diretor de imprensa é quem apresenta as reclamações dos estudantes ao grêmio, é responsável pela comunicação entre o grêmio e comunidade, mantem os membros do grêmio informados sobre os interesses dos estudantes, faz cartaz, panfletos e editais para as atividades que o grêmio realizara. O diretor de esporte organiza campeonatos e:

> Art. 25º - Compete ao Diretor de Esportes:
>
> a) Coordenar e orientar as atividades esportivas do corpo discente;
>
> b) Incentivar a prática de esportes organizando campeonatos internos;
>
> c) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

O grêmio estudantil possui patrimônio, no qual, é responsabilidade da diretoria gerenciá-lo. Este pode ser adquirido através das contribuições voluntárias dos seus membros, de terceiros, dos rendimentos de promoções da entidade, dos bens móveis e imóveis que o grêmio possuir, dos juros, correções e dividendos que resultam das contribuições. Quando é encerrado o mandato da diretoria atual e outra assume o grêmio, os bens que foram adquiridos ao longo do mandato da diretoria permanecem com o grêmio. Vale ressaltar, que quando ocorre o encerramento de cada mandato haverá a averiguação do patrimônio pelo Conselho Fiscal. Os recursos que foram adquiridos podem ser utilizados para organizar e promover eventos e atividades do grêmio, por exemplo, excursão para o museu. No estatuto consta o patrimônio e as responsabilidades que o acompanham:

> Art. 3º - O patrimônio do Grêmio se constituirá por:
>
> I - Contribuição voluntária de seus membros;
>
> II - Contribuição de Terceiros;
>
> III - Subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;
>
> IV - Rendimentos de bens móveis e imóveis que o Grêmio venha a possuir;
>
> V - Rendimentos auferidos em promoções da entidade.
>
> Art. 4º - A Diretoria será responsável pelos bens patrimoniais do Grêmio e responsável por eles perante as instâncias deliberativas.
>
> § 1° Ao assumir a diretoria do Grêmio, o Presidente e o Tesoureiro deverão assinar um recibo para o Conselho Fiscal, discriminando todos os bens da entidade.
>
> § 2º Ao final de cada mandato, o Conselho Fiscal conferirá os bens e providenciará outro recibo, a ser assinado pela nova Diretoria.
>
> § 3 º Em caso de ser constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o Conselho Fiscal fará um relatório e entregará ao Conselho de Representantes de Classe na Assembleia Geral, para que possam ser tomadas as providências cabíveis.
>
> § 4 º O Grêmio não se responsabilizará por obrigações contraídas por estudantes ou grupos sem ter havido prévia autorização da Diretoria.

O conselho de representantes de turma é uma instância que permite aos alunos escolherem o representante da turma que os representará perante a direção, professores e órgãos acadêmicos. Esse ou essa representante é da própria turma e os colegas o elegem através de votação ou forma direta, cabe ao representante o dever de fazer levantamentos das questões que a turma considera importante e tem em comum e que devem ser apresentadas aos

professores e direção. Exerce a função de gerenciar e mediar os diálogos entre a turma e a direção. Algumas características como liderança, organização e planejamento podem fazer a diferença para ser considerado um bom candidato e se destacar entre os outros candidatos. Não é de responsabilidade do candidato eleito solucionar ou lidar com problemas de ordem pessoal, individual ou específica de cada aluno, mas sim, atender as necessidades de interesse geral, da turma como um todo. O estatuto do grêmio descreve na seção II, as competências que deve ter o representante:

> Art. 14º - Compete ao Conselho de Representantes de Turmas:
>
> a) Discutir e votar sobre propostas da Assembleia Geral e da Diretoria do Grêmio:
>
> b) Velar pelo cumprimento do Estatuto do Grêmio e deliberar sobre os casos omissos;
>
> c) Assessorar a diretoria do Grêmio na execução de seu programa administrativo;
>
> d) Apreciar as atividades da Diretoria do Grêmio, podendo convocar para esclarecimentos qualquer um de seus membros;
>
> e) Deliberar, dentro dos limites legais, sobre assuntos do interesse do corpo discente de cada turma representada;
>
> f) Deliberar sobre a vacância de cargos da Diretoria do Grêmio.

No processo de democratização da escola, o Grêmio Estudantil é uma entidade importante na desconstrução das relações hierárquicas e da descentralização de poder das decisões. Os representantes eleitos pelos estudantes podem participar da gestão e acompanhar as decisões e aplicações de recursos e materiais utilizados pelos funcionários da escola. Segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998, p. 65),

> As associações voluntárias são consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia substancial, enquanto se posicionam como entidades de equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos.

A escola como instituição importante e fundamental na formação e construção da cidadania dos estudantes, pode e deve promover diversas atividades para alcançar esses objetivos, entre elas: Auxiliar os alunos a conviverem e respeitarem as diferenças em diversos aspectos, estimular o pensamento crítico, promover debates e ações de inclusão, incentivar a

participação em eventos, planejamento e organização escolar. Nesse sentido, Gadotti (2014, p.1) afirma que “A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsicamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva”.

O grêmio estudantil é uma oportunidade que possibilita aos estudantes manifestarem seus interesses e anseios, de maneira política e democrática através do diálogo com a gestão e a comunidade. Além disso, oportuniza a compreensão e participação nos processos e melhorias da escola, integralização com os demais atores que fazem parte desse ambiente, potencializa o desenvolvimento em lidar com situações de conflitos e resoluções de problemas e evolui a capacidade de comunicação, liderança, organização e planejamento. Além disso, com o grêmio estudantil os estudantes passam a ter voz e se fazem presentes através de seus representantes eleitos na administração da escola.

3.2 Gestão Democrática do Centro de Ensino

O proposito desta seção é analisar o processo de institucionalização e contribuição do grêmio estudantil nos procedimentos e demandas decisórias do Centro de Ensino. Para isso, inicialmente será apresentada a metodologia da pesquisa adotada, em seguida será o processo de caracterização da escola e dos sujeitos participantes da pesquisa. Posteriormente, haverá as análises das compreensões e ações, que caracterizam uma gestão como democrática através da atuação do grêmio estudantil, destacando e ressaltando as iniciativas de implementações e participação do grêmio estudantil e sua atuação no ambiente escolar e como essas ações são percebidas pelos atores que fazem parte desse ambiente. Finalizando, serão analisados os reflexos e resultados dessas ações no processo de participação no e do grêmio estudantil, buscando compreender o impacto efetivo na democratização de decisões da escola.

3.2.1 As conquistas alcançadas pelo movimento estudantil

Ao longo da história as lutas do movimento social de estudantes para conquistar e garantir direitos foi árdua e repleta de desafios. Enfrentaram inúmeras dificuldades e impedimentos para continuarem lutando pelos direitos dos educandos e por uma educação justa e de qualidade para todos. Para Brito:

> As lutas pela democratização da sociedade brasileira, os movimentos em prol da educação pública, a organização do setor da saúde, os movimentos sociais vão expressar uma negação da identificação da relação público-estatal e reivindicar um conjunto de políticas sociais, articuladas com a inserção dos brasileiros na sociedade, enquanto portadores de direito (Brito, 1995, p. 136).

Vale ressaltar que as conquistas desses movimentos sociais foram ampliadas e não se limitaram somente ao âmbito acadêmico, mas impactou e influenciou no campo político e social. Dentre as conquistas do movimento, de forma sintética, destacamos:

a) Lei do grêmio livre em 1985 - No período da ditadura militar os grêmios estudantis foram fechados e os estudantes perseguidos. Com a Lei 7.398/1985 do grêmio livre os estudantes puderam voltar a se organizar politicamente e contribuíram com a gestão escolar. Importante conquista para o processo de democratização e visibilidade dos jovens, enquanto, cidadãos críticos e aptos a participarem da sociedade.

b) Voto aos 16 anos em 1988 **-** A UNE junto com outras entidades que lutavam pelo direito dos estudantes liderou o movimento pelo voto aos 16 anos, essa ação derivou das lutas democráticas na década de 1980. A pressão que os estudantes exerceram resultou na inclusão da proposta na Constituição de 1988.

c) Em 2006, o Parecer CNE/CEB n 38/2006, torna a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia **-** Durante a ditadura militar, as

disciplinas de sociologia e filosofia foram extintas do currículo escolar, entretanto, o movimento estudantil e outras entidades pressionaram e o CNE (Conselho Nacional de Educação) decidiu que as disciplinas seriam oferecidas aos alunos do ensino médio. Já no ano de 2016, com a nova proposta de reforma do ensino médio, essas disciplinas voltaram a ser pauta nos debates educacionais. Devido às mobilizações as disciplinas continuaram obrigatoriamente a fazer parte do currículo escolar.

d) Lei de cotas em 2012 (Lei n 12.711/2012) - Essa Lei estabelece a garantia de 50% das vagas para alunos que cursaram o ensino médio de maneira integral em escola pública. Dessa maneira, proporcionou o avanço e o acesso ao ensino superior, as universidades democraticamente. A mobilização da juventude secundarista, universitária e do movimento negro conquistaram a adoção das cotas raciais e sociais.

e) Passe livre estudantil em 2013 - Conquistaram a gratuidade nos transportes públicos da cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Goiânia. A luta por transporte público de qualidade era uma bandeira levantada pela juventude brasileira e em 2013 durante as manifestações ocorridas, inicialmente para contestar os aumentos nas tarifas do transporte, a pauta em prol do Passe se tornou uma discussão nacional. Nesse cenário, o direito ao passe livre foi regulamentado em alguns estados e municípios do país.

f) 10% do PIB para a Educação em 2014 **-** Dessa vez, a conquista foi a aprovação do Plano Nacional de Educação, regulado pela Lei n 13.005/2014 e a Lei n 14.934/2024 que prorroga sua vigência até 31 de dezembro de 2025, garantindo 10% do PIB para a área. Além disso, 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal destinados para a Educação.

g) Movimento de ocupação de escolas pelo Brasil em 2016 e 2015 **-** No fim de 2015, as escolas paulistas foram ocupadas devido a mobilização estudantil para protestarem contra o projeto de reestruturação da rede escolar do Estado. O projeto foi revogado após 2 meses de protesto. Essa ação se expandiu para outros Estados.

h) Aprovação do Fundeb (2007 e 2020) **-** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foi aprovado em 2007 (Lei n 11.494), com o propósito de custeia todas as etapas da educação básica e reserva os recursos para programas direcionados a jovens e adultos. O Fundeb é essencial para a diminuição da desigualdade de recursos nas escolas da rede de ensino, garantindo que cada região tenha um investimento mínimo a ser realizado. O novo fundeb (Lei n 14.113), materializou-se em 2020, o prazo de vigência não existe mais, agora, o fundo é uma política permanente do Estado brasileiro. O movimento estudantil estava presente e fez campanha para sua aprovação.

A Educação é fruto do seu tempo, do contexto histórico e cultural que está vigente. É um objeto dinâmico, se transforma de acordo com a época e costumes da sociedade. Nesse sentido:

> [...] o essencial da Constituição de 88 apontava para a construção - pela primeira vez assim posta na história brasileira - de uma espécie de Estado de Bem-Estar Social: não é por acaso que, no texto constitucional, de forma inédita em nossa lei máxima, consagram-se, explicitamente, como tais e para além de direitos civis e políticos, os direitos sociais (coroamento, como se sabe, da cidadania moderna). (Netto, 2003, p.77).

Assim, os movimentos de luta por qualidade na educação brasileira influenciaram esse panorama de jovens inconformados e dispostos a lutarem por seus direitos a participarem e usufruírem das conquistas alcançadas por pessoas que anteriormente se dispuseram a lutar. Se hoje observamos a concretização do direito de acesso à educação a todos os cidadãos na atual Constituição

Federal de 1988, é devido a luta de pessoas e dos movimentos sociais que somaram forças para que esse direito fosse de todos.

4. OS CAMINHOS TRILHADOS PELO GRÊMIO ESTUDANTIL

4.1 O Percurso metodológico e campo da pesquisa

Neste momento, ocorre a descrição do percurso investigativo trilhado para a construção desta pesquisa e para a obtenção da melhor compreensão acerca dos impactos da Gestão democrática na participação do grêmio estudantil no Centro de Ensino. Nesse sentido, a pesquisa escolhida foi a qualitativa que, de acordo com Gomes e Santos (2014), é fundamental para captar as dimensões subjetivas e contextuais dos fenômenos, proporcionando uma análise mais rica e detalhada que enriquece o conhecimento produzido.

Com o propósito de conseguir resultados mais aprofundados para o estudo, foi utilizada a pesquisa de campo:

> A elaboração de um projeto de pesquisa exige, antes de tudo, um planejamento detalhado e uma compreensão clara dos métodos e técnicas que serão utilizados na coleta e análise de dados. No caso da pesquisa de campo, a imersão no ambiente natural do objeto de estudo é crucial para obter dados mais ricos e significativos (Gil, 2019, p.45).

A partir da entrada no campo de pesquisa foi possível obter um panorama mais completo do ambiente a ser investigado e dos sujeitos que fariam parte da pesquisa, conhecer suas percepções e o contexto em que estão inseridos. Para complementar a pesquisa em campo utilizou-se o estudo de caso que de acordo com Andrade (2012, p.52) “[...] É um método robusto que permite a investigação detalhada e contextualizada de fenômenos complexos, oferecendo uma compreensão profunda que pode não ser obtida por métodos quantitativos”.

Por meio do estudo de caso pode-se afunilar a pesquisa e obter resultados mais precisos. Perante as visitas realizadas, além das observações sob os ambientes e atividades foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o gestor da escola, equipe docente, e com os alunos que fazem parte do grêmio estudantil e com alunos que não fazem parte do grêmio.

> A entrevista semiestruturada oferece uma abordagem flexível e detalhada para a coleta de dados, permitindo que os pesquisadores explorem as perspectivas dos participantes de maneira aprofundada, enquanto mantêm uma estrutura que guia o processo de entrevista." (Santos; & Andrade, 2019, p. 50).

A partir deste percurso traçado e das análises das respostas obtidas, foi possível observar as dificuldades e vitórias alcançadas desde a implantação da gestão democrática através do grêmio estudantil.

4.1.1 O Campo e os sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa se desenvolveu em um Centro de Ensino, na cidade de São Luís-MA., é uma instituição de referência e tradição no cenário educacional do Estado do Maranhão. Oferece Educação Geral em nível de Ensino Médio nos turnos matutino, vespertino e noturno na modalidade regular.

A escola conta com 20 salas de aulas em cada turno funcionando, possui sala de professores com 2 banheiros, sala de secretaria com banheiro, biblioteca, laboratório de química, matemática, biologia, informática, fitoterapia, sala de xadrez, sala do Gestor com banheiro, coordenação pedagógica, de reuniões, sala de vídeo, almoxarifado, 2 cantinas, 2 dispensas, 8 banheiros para alunos, teatro com 2 banheiros, sala de arte, sala de recursos especiais com banheiro, sala do grêmio estudantil, sala da rádio da escola, sala de recursos humanos e reprografia, 2 banheiros adaptados para alunos atípicos, quadra poliesportiva, quadra descoberta, pátio coberto, estacionamento amplo, jardins interno e externo, áreas livre.

Possui 1.990 alunos matriculados, sendo destes 843 no turno matutino, 790 no turno vespertino e 357 no turno noturno. Ao total a escola possui uma equipe docente formada por 137 profissionais. Administrativamente, possui 1

secretaria, 26 funcionários administrativos, 15 serventes, 3 auxiliares de serviços gerais, 1 gestor geral, 2 gestores adjuntos, 8 coordenadoras pedagógicas. Acerca do Projeto Político Pedagógico da escola, o gestor disponibilizou-o em PDF via e-mail.

O grêmio estudantil da escola, possui 19 membros ao todo, sendo eles 16 membros diretos e 3 substitutos. Estão divididos entre: Presidente, Vice-presidente, Secretário - Geral,1° Secretário, Tesoureiro – Geral, 1° Tesoureiro, Secretário Social, Suplente/Coordenador Social, Secretário de Comunicação e Mídia, Suplente/Coordenador de Comunicação e Mídia, Secretário de Esportes, Suplente/Coordenador de Esporte, Secretário de Cultural, Suplente/ Coordenador de Cultura, Secretário de Saúde e Meio Ambiente, Suplente/Coordenador de Saúde e Meio.

Para esta pesquisa, foram entrevistados os seguintes sujeitos: 1 professor, gestor, 2 alunos participantes do grêmio e 2 alunos não participantes do grêmio estudantil, que foram identificadas como P (para professor) e G (para gestor) e M (para alunos participantes do grêmio) e A (para alunos não participantes do grêmio). Com o objetivo de compreender a realidade vivenciada por elas. Para isso, as entrevistas foram agendadas e ocorreram na própria escola, no turno vespertino.

4.2 Grêmio estudantil: representatividade, processo eleitoral, ações e práticas

No cenário educacional, a busca pela democratização dos processos que ocorrem internamente está se fortalecendo devido ao protagonismo dos estudantes. O entendimento de que todos têm algo a ensinar e aprender estimula os educandos a se posicionarem de maneira mais ativa e oportuniza o desenvolvimento de habilidades como a argumentação, empatia, criatividade e cooperação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento de caráter normativo, que tem o objetivo de definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas escolares da Educação Básica, promover a igualdade, inclusão para

a formação integral do estudante. Além disso, estabelece 10 competências gerais a serem desenvolvidas ao longo do processo educacional na Educação Básica, São elas:

> Conhecimento
> Pensamento científico, crítico e criativo
> Repertório cultural
> Comunicação
> Cultura digital
> Trabalho e projeto de vida
> Argumentação
> Autoconhecimento e autocuidado
> Empatia e cooperação
> Responsabilidade e cidadania

Essas competências a serem trabalhadas, objetivam o pleno desenvolvimento dos estudantes e a convivência em sociedade. Nesse sentido, a participação dos estudantes no grêmio estudantil, oportuniza aos adolescentes desenvolverem as competências citadas anteriormente. Ao fazer parte do grêmio o jovem tem a possibilidade de desenvolver pensamento crítico referente aos processos de eleição e participação nas decisões da escola, criatividade para gerar aproximação entre os estudantes, organizar eventos, divulgar as ações realizadas através das redes sociais, entender a sua responsabilidade em representar os outros alunos etc. Ressaltando a quinta competência que é sobre Cultura digital, está trata de:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

No processo eleitoral as chapas devem divulgar seus projetos e abrir para que os alunos interessados possam demonstrar interesse em participar. Esse processo de participação é importante para os estudantes se desenvolverem e vivenciarem o processo democrático na prática. Para isso, podem utilizar a internet e as redes sociais, muito utilizadas pelos jovens no cotidiano, para

oportunizar e democratizar a participação no processo eleitoral. Além disso, esta ferramenta possibilita que haja comunicação entre os estudantes e os membros do grêmio estudantil, podem dar sugestões, fazerem reclamações, criar conexões, divulgar eventos e cursos. Nesse sentido, participar das chapas permite que os participantes argumentem, construam ideias e as defendam, essas ações contribuem para desenvolver personalidade, ter empatia, ouvir os outros e desenvolvimento pessoal. Sobre o processo de criação e divulgação das chapas as seguintes respostas foram obtidas:

> *A1: Não tive conhecimento ... Foi um pouco chato porque muitas pessoas queriam entrar e acabaram não entrando.*
>
> *A2: Não cheguei a participar não.... Acho que foi ano passado que teve a votação, não participei não.*
>
> *P: Olha, eu não cheguei a ficar sabendo.... via alguns alunos indo nas salas.... A eleição do grêmio é algo muito sério".*
>
> *G: Um processo normal de todos os alunos.... votam, tem a liberdade de poder votar na chapa, eles criam as próprias chapas, não há interferência nenhuma.... Desse último, se não me engano teve três chapas e depois só duas chapas, criadas por eles mesmos, eles fazem a campanha....no final de cada campanha fazem um debate entre eles*
>
> *Então, eles têm toda essa liberdade.*
>
> *M1:Para formar as chapas são divididos.... eles chamam os alunos que têm interesse nas salas e se reúnem na sala do grêmio e os que já estão no grêmio, tem um questionário que a gente anota nosso nome...eles perguntam qual área a gente gosta, que a gente pode atuar dentro do grêmio e depois conversamos entre si.*
>
> *M2: A gente fez tipo uma seletiva, conversou com os alunos, com as pessoas que iriam participar, a gente ia vendo quem ia mais se adequando a cada cargo, a cada vaga que tinha.....A gente tinha nosso Instagram, a gente postava ou a direção mesmo anunciava pela escola e geralmente os alunos todos em si sabiam.*

Observa-se através das respostas o desconhecimento em relação ao processo eleitoral e para a formação das chapas. Além disso, o desejo em participar e a chateação por não ter tido oportunidade de fazer parte do grêmio. A ausência de conhecimento sobre a efetivação do grêmio é um dos fatores que impossibilitam a participação nele e geram desinteresse nos demais estudantes. Considerando o estatuto do grêmio:

> Art. 40º - A propaganda das chapas será através de material conseguido ou confeccionado pela própria chapa.
>
> Parágrafo Único. É vedada a ajuda de qualquer pessoa que trabalhe na Escola à chapa, na criação, confecção, ou fornecimento de material ou dinheiro para a propaganda eleitoral.

Nesse sentido, é pertinente ponderar sobre o processo de organização e materiais utilizados pelas chapas para divulgarem e informar aos demais estudantes sobre sua campanha para concorrerem ao grêmio estudantil. Importante destacar que o processo de formação das chapas e de escolha dos membros que participaram das chapas deve ser divulgado para que os educandos que desejarem fazer parte também possam participar e serem incluídos nesse procedimento. Portanto, a inação de não divulgar para todos o processo de formação e eleição das chapas está em desacordo com o estatuto do grêmio.

O grêmio pode realizar diversas ações para a comunidade escolar, desde organizar eventos, gincanas, festivais, exposições etc. Assim, essas ações podem derivar de diálogos construídos com a própria comunidade para promover momentos de diversão, reflexão, representatividade, valorização e identificação com a cultura local. Sobre essas ações desenvolvidas pelo grêmio estudantil na escola, obtivemos as seguintes respostas:

> *A1: Assim, proporcionam diversão, atividades extracurriculares para a gente, e acaba se tornando divertido pra nós alunos...*
>
> *Teve interclasse, o São João com atrações da escola mesmo.*
>
> *No Dia da Consciência Negra foi muito bacana.... Isso proporcionou aos alunos se desenvolverem em vários outros projetos e ajudarem.*
>
> *A2: Teve um interclasse agora do grêmio.*
>
> *P: Ações recreativas eles fazem bastante.*
>
> *G: Efetivamente, festa. Porque na verdade o que ocorreu é que nessa última gestão, praticamente eram os alunos que iam saindo, 2°e 3° que foram saindo, e foram entrando os substitutos que eram do 1°, ficou muito vago e fixou disperso e essa gestão aí praticamente nada fizeram, tanto é, que nesse ano vai ter eleição do grêmio que deve ocorrer em março/abril.....As duas gestões anteriores, tiveram curso de formação profissional, mas não foram várias vezes..... foram pontualmente*
>
> *M1: As gincanas da escola*
>
> *M2: A gente já teve vários.... tipo queimado, a interclasse, algumas festas de São João beneficente, envolvidos com todos em si que trazem benefícios pra si.... É meio cansativo fazer eventos assim, ainda mais a gente como alunos, mas como são bastante pessoas a gente conseguiu lidar, a ajuda da direção também nesse momento foi importante .... É um pouco difícil cansativo, mas a gente vai lidando. A gente já teve eventos com demonstração indígena, Dia da Consciência Negra, a gente trouxe algumas demonstrações, a gente trouxe artes da cultura, coisas assim.*

Pode-se perceber que as atividades citadas na resposta do A1 acima, estimulam e incentivam a cultura popular e os estudantes a participarem das atividades propostas, colaborando para o processo de construção da identidade e reconhecimento da cultura maranhense. Vale ressaltar que também proporciona o desenvolvimento de habilidades dos estudantes e se torna um incentivo para estarem presentes no ambiente escolar. Ao analisar as respostas do G, fica nítido a ausência de organização do grêmio para organizar cursos que pudessem agregar na vida profissional dos estudantes, como foi realizado por gestões anteriores, essa inação deriva da saída de alguns membros do grêmio, seja porque concluíram a etapa de ensino que a escola oferta ou por decisão pessoal. Na resposta do M2, pode-se observar o desafio em conciliar a vida de estudante com as demandas em ser membro do grêmio e o quão cansativo é organizar eventos, mas que o trabalho coletivo torna possível estas realizações. Eventos estes que possibilitam a aproximação com a cultura do Estado, conhecer, reconhecer e se sentir representado, como, o São João e o Dia da Consciência Negra. Segundo o documento que rege o grêmio:

> Art. 24º - Compete ao Diretor Cultural:
>
> a) Promover a realização de conferências, exposições, concursos, recitais, festivais de música e outras atividades de natureza cultural;
>
> b) Manter relações com entidades culturais;
>
> c) A organização de grupos musicais, teatrais etc.;

O grêmio tem a função de representar os estudantes, ou seja, deve estar comprometido em defender os interesses dos alunos e dar voz aos estudantes perante a administração da escola. Nesse sentido, para que os alunos tenham a possibilidade de participar dos procedimentos que ocorrem na escola, é fundamental a existência do grêmio na escola. Sobre a diferença da escola com o grêmio e sem o grêmio, obtivemos:

> *A1: A diferença é que sem o grêmio a gente não teria essas ações e atividades extracurriculares e com o grêmio a gente tem e pode mostrar um projeto pro grêmio e o grêmio abraçar ou não.*
>
> *M1: Na parte da ajuda, porque são alunos que sabem como funciona e analisam uma forma para melhorar para os alunos.*
>
> *M2: Na minha visão, o grêmio estudantil na escola é necessário para o aluno, não fica só nas aulas, ter algo visionário, ter uma demonstração, artes, pessoas explicarem, ter amostra cultural para os alunos de fato entenderem.... E não ficar só no quadro.*

A importância da presença ativa do grêmio estudantil na escola, é que ela promove ações que auxiliam no desenvolvimento dos educandos. Também possibilita aos colegas construírem projetos e terem as suas ideias ouvidas e até concretizadas através do grêmio. Esse processo de escuta do grêmio para com os outros estudantes é fundamental para a construção de um espaço democrático e inclusivo, ao possibilitarem que os estudantes se expressem, o grêmio permite a aproximação entre os alunos. Com o grêmio os estudantes têm a possibilidade de terem momentos de entretenimento, através dos jogos e gincanas, de serem ouvidos, de perceberem mudanças na escola, de terem um local que não se limita a atividades apenas em sala de aula, no quadro. Essas ações tornam a escola um lugar mais atrativo e estimulam a presença dos alunos nas escolas, possibilitando a diminuição dos índices de evasão escolar. Segundo Moura (2010), ao se priorizar a educação básica: [..] “busca-se a formulação de propostas que incentivem a participação em trabalhos e ações solidárias e voluntárias, difundindo-se uma prática aparentemente democrática na gestão educacional” (Moura, 2010, p. 275).

O diálogo e a conversa fazem parte do processo democrático e para que haja trocas benignas nas relações é necessário que as partes envolvidas ouçam as demandas, anseios e desejos de umas as outras. É importante considerar que as pessoas têm perfis, opiniões e ideias diferentes e em momentos decisórios se faz essencial saber gerir essas diferenças para contemplar a todos. Relacionado ao processo de diálogo com o grêmio, observa-se que:

> *A1: A gente tem liberdade, posso chegar em uma pessoa do grêmio e eles podem abraçar e mostrar o projeto pro diretor e acaba a decisão dele.*
>
> *G: A princípio começa tudo bem, mas depois muita reclamação, eles falam esse grêmio não faz nada, não olha pra gente, a escola precisa disso e tal.*
>
> *M2: A gente, como muitos falam, somos o porta voz deles, a gente tem que ouvir muito os alunos pra levar pra direção..... Tem que entender eles, saber o que tá se passando pela escola pra levar pra direção..... A gente tem o nosso Instagram eles vão falando coisas por lá.*

O diálogo é um fator importante para a construção de relações saudáveis, para a reflexão, o confronto de ideias, para o respeito, soluções de problemas e construção da democracia. Na resposta do A1, claramente existe a liberdade dos

alunos dialogarem com o grêmio e apresentarem seus projetos. Na resposta do G, é nítido que há por parte de alguns alunos descontentamento com o grêmio, por não melhorarem a estrutura da escola. Na resposta do M2, há a concretização das redes sociais como uma ferramenta para estabelecer o diálogo com os alunos e ouvirem seus anseios e desejos. Assim, na construção de uma escola que vise o bem comum, o diálogo possibilita a compreensão dos pensamentos e anseios dos estudantes. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs:

> [...] o diálogo é um dos principais instrumentos de uma democracia justa, permitindo espaço ao consenso e ao dissenso. Dialogar pede capacidade de ouvir o outro e de se fazer entender. Portanto, a democracia deve valorizar o diálogo como forma de esclarecer conflitos (Brasil, 2000).

A representatividade do grêmio em relação aos outros alunos é extremamente importante, pois esta entidade será a voz que ecoara todas as pautas que a comunidade considera importante, por exemplo, os alunos podem dialogar com o grêmio sobre a necessidade de comprar computador para melhorar o rendimento escolar e terem um momento de estudos na escola. Assim, o grêmio pode pensar em possibilidades para que essa questão seja concretizada, por exemplo, realizar vendas de alimentos para adquirir verba para comprar o objeto desejado. Referente a se sentirem representados pelo grêmio, as respostas foram:

> *A1: pode se dizer que sim, em alguns aspectos.... nas atividades extracurriculares.*
>
> *A2: Não sinto.*

Observa-se que o processo de representatividade não acontece em sua totalidade, apenas em aspectos considerados extracurriculares. Assim, o grêmio estudantil não cumpri sua função enquanto instância representativa dos interesses dos demais alunos, como previsto em seu estatuto. Nesse sentido, é importante refletir o quanto essa inação influência no processo de comunicação e relação entre o grêmio e os estudantes. Uma vez que, os alunos que compõem o grêmio foram escolhidos para “estar no lugar de” (CHAUÍ, 1990, p. 286), é necessário que os demais alunos se sintam representados para estarem

confortáveis em desenvolver diálogo para serem ouvidos. Sem comunicação entre ambas as partes, os interesses dos estudantes não se tornam de conhecimento da gestão da escola, dificultando a democratização desse ambiente.

4.3 Democratização da escola: A participação do grêmio nos processos decisórios

A democratização da escola pública é um processo no qual é necessário ocorrerem mudanças práticas no sistema educativo como, maior flexibilidade, descentralização e participação coletiva nas decisões. É necessário possibilitar meios para que essa participação seja realizada, a escola deve estimular o senso de responsabilidade pelas ações decididas, conscientizando desde já os estudantes a exercerem os seus direitos e serem protagonistas. A comunidade ao fazer parte desse processo está auxiliando na transformação que a Educação pode realizar na vida dos indivíduos e na melhoria da escola que a própria comunidade desfruta. Neste sentido, foi preciso compreender a percepção e análise da Gestão em relação ao grêmio:

> *G: Esses dois ou três últimas gestões do grêmio, no meu posicionamento foi muito conturbada porquê... claro, a questão política é uma adversidade muito grande .... Na verdade, eles não têm noção das relações partidárias em si .... E o grêmio infelizmente.... o pensamento deles é voltado mais pra fazer festa, gincana, esse tipo de coisa, nada contra, mas o objetivo dele era só um .... e fica um pouco alei da própria comunidade em si, dos interesses reais da comunidade estudantil, que deixou a desejar essa gestão do grêmio. Apesar deles terem sido eleitos pela própria comunidade.*

O grêmio estudantil, segundo o entrevistado, é compreendido como uma instituição que realiza somente eventos recreativos, como as festas, e que se limita somente a essa ação. Mas que deveria adotar uma postura diferente para que de fato defendesse os reais interesses na comunidade. Além disso, outro ponto a ser analisado é a ausência de interesse e compreensão sobre a política e seus impactos na sociedade. “[...] estado de indiferença pelo funcionamento do sistema político [...]. [...] correlacionado com vários elementos: com a ausência de reais alternativas políticas, com a função desestimulante dos

sistemas eleitorais [...], com a desordem e a instabilidade dos governos [...]" (Cerroni, 1993, p. 95-96).

Esse desinteresse político reflete na inexistência de práticas voltadas para a conscientização e internalização da importância de lutar por uma escola que seja melhor e atenda aos interesses da comunidade, com isso, o grêmio limita suas ações apenas ao entretenimento. Outro elemento é o fato de terem sido eleitos pela comunidade gera a expectativa de que estes sejam defensores das causas levantadas por ela e os represente.

A relação construída entre o grêmio e a gestão é imprescindível para que ambos tenham liberdade de dialogar sobre os temas e desafios que surgem no decorrer do percurso. Colaborando com o objetivo principal que é uma escola melhor para todos. Para que isso aconteça realmente, as contribuições do grêmio podem ocorrer através de sugestões, reinvindicações, ações culturais que envolvam os estudantes. Obviamente, ambas possuem perspectivas diferentes, a gestão tem o propósito de administrar a escola e os recursos, garantir o funcionamento estrutural, pedagógico e disciplinas. E o grêmio visa representar os interesses dos estudantes e participar das decisões da escola. Desse modo, importante perguntar sobre como é a relação da gestão com o grêmio:

> *G: O grêmio tem toda liberdade, agora, claro com responsabilidade, e geralmente, atos, ações, tem planejamento, eles conversam com a gente, ninguém interfere, a não ser que sejam coisas extremas, aí a gente conversa e chega num bom tom. A gente dá toda liberdade para que eles possam trabalhar nos problemas que eles traçaram, e a gente não interfere na questão das ações deles.*
>
> *M1: tem liberdade, a gente é uma das principais fontes com o diretor.... A gente sempre conversa pra poder aborda os assuntos que a gente tem, as ideias, os projetos que a gente tem.*
>
> *M2: é boa.... A gente também tem que ter essa boa ligação com a gestão escolar pra ter um grêmio legal, um grêmio participativo na escola, é interessante ter uma relação constante com a gestão da escola.*

Ao analisar a relação entre a gestão escolar e o grêmio estudantil, é notório que a comunicação das ações planejadas deve ser dialogada, e observadas as condições que a escola possui para que sejam realizadas. Segundo as respostas dos membros do grêmio M1 e M2, eles compreendem

que manter uma boa relação com a gestão é fundamental para que o grêmio seja ativo nas participações da escola. Além disso, ao construírem essa relação, a escola se torna um espaço e local mais democrático e participativo, estimulando o desenvolvimento de responsabilidades, senso crítico e habilidade de comunicação. Referente a resposta dada pelo gestor G, observa-se que é importante o grêmio agir com responsabilidade e planejar eventos que sejam possíveis de realizar, quando há planejamentos de eventos ou ações que não são possíveis se concretizar, o diálogo e a comunicação são essenciais para que ambos cheguem ao consenso e a melhor decisão.

Outro fator importantíssimo para a democratização do espaço escolar é a participação do grêmio nas decisões tomadas. Nesse sentido, há diversos documentos e procedimentos que podem ser construídos e decididos de maneira coletiva e com a participação da comunidade, entre eles, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que é responsável pela identidade da escola, basicamente. Este documento deve ser elaborado junto com a comunidade escolar, definindo as estratégias, os objetivos, os métodos, os princípios da escola etc. Assim, durante a entrevista foi perguntado sobre a participação do grêmio nos processos decisórios da escola, obteve-se as seguintes respostas:

> *G: Olha, do PPP foi tirado comissões dos professores, dos alunos, dos pais ou responsáveis e direção da escola. Na verdade, a participação do grêmio era de criar essas comissões de alunos. O envolvimento no PPP, a gestão em si do grêmio não foi disponível. Eles colocaram alunos para isso ... Por exemplo, o PPP agora foi criado, agora só é renovado a cada 2 anos com a participação de toda a comunidade escolar.... As vezes o grêmio é convidado, mas isso vai parte deles..... colocar a comunidade, delegam, elegem alguém para participar quando há ações necessárias de envolver algum aluno num projeto ou nesse sentido.*
>
> *M1: "Não…*
>
> *M2: Não muito.... depende, geralmente é a gestão escolar que decide boa parte das coisas.*

Diante das respostas descritas, observou-se que o grêmio estudantil não possui participação ativa nas decisões da escola. Analisando, os documentos disponibilizados, o Estatuto do grêmio estudantil e o Projeto Político Pedagógico, não há referências ou citações que definem ou direcionam as atribuições do

grêmio nesses processos de decisão no ambiente escolar. Nesse cenário, é importante a “superação do paradigma de gestão escolar centrado na figura do diretor” (Gomes;Andrade; 2007).

Além disso, as respostas do G e do M2, evidenciam uma situação, na qual, as decisões que definem ou influenciam de maneira significativa a escola, estão concentradas na gestão da escola. As decisões que cabem ao grêmio, basicamente, após as análises das entrevistas concedidas, são referentes a organização de eventos esportivos, como gincanas, e festividades. Nesse sentido, “é na prática escolar cotidiana que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade” (Paro, 2002). Assim, o Grêmio estudantil, adota a postura de promover entretenimento para a comunidade e não a representar nas decisões que influenciam o futuro da escola.

5 CONSIDERAÇÕES

O processo de democratização no Brasil, foi marcado por lutas de movimentos sociais, principalmente na Educação para que esta fosse oferecida com qualidade e para todos. A história mostra que foi necessário em cada momento dos períodos vivenciados a superação dos obstáculos que estavam pelo caminho. A democracia não estava presente em determinados processos históricos, e quando começou a aparecer foi privilégio apenas para uma parte da sociedade, enquanto a outra parte vivia em desconhecimento dessa prática. Assim, para que ela se fizesse presente e fosse usufruída pela sociedade, foi necessário trilhar um caminho de lutas e batalhas.

No decorrer da história a democracia se estendeu para aqueles que a não conheciam e puderam desfrutar desse processo. Para que isso ocorresse, foram necessárias mobilizações populares para conquistar, por exemplo, o direito de votar nas eleições e eleger aqueles que seriam seus representantes e que possivelmente defenderiam os interesses de quem os elegeu. Esse direito foi garantido pela Constituição Federal de 1988. Essa democratização se expandiu para as outras áreas e instituições da sociedade, como a Educação e a escola.

A escola como instituição que é resultado do contexto histórico em que se vive, teve que se moldar a esse processo de democratização. Assim, a gestão democrática passou a ser tema de discussões em debates, palestras e eventos sobre a educação. Nesse processo para que a escola se constituísse como local democrático, deveria ocorrer a descentralização das decisões tomadas pela gestão escolar, estas deveriam ser decididas de maneira coletiva, ou seja, com a participação de toda comunidade escolar, alunos, pais, professores, coordenadores, gestores e a comunidade na qual a escola está localizada.

O Brasil vivenciou inúmeros episódios de autoritarismo e exclusão por parte da sociedade. Esses episódios colaboraram para que essas práticas chegassem no ambiente escolar. Nesse cenário, a gestão democrática se faz fundamental para romper e descontruir essas práticas e construir ações voltadas para a participação coletiva. Dessa maneira, o Grêmio estudantil surge como

elemento que possibilita a participação coletiva na construção para um espaço em que a democracia esteja presente.

O grêmio estudantil é fruto das conquistas das lutas dos movimentos sociais. Movimentos esses que buscavam a inclusão e a ampliação da oferta de educação para todos. O movimento estudantil visa defender os interesses dos estudantes em âmbito nacional. Para isso, desenvolve e organiza debates que estimulam o senso crítico, amadurecimento político e a cidadania, afinal, os estudantes atualmente, têm possibilidades de exercerem em seus direitos como cidadãos da sociedade. No ambiente escolar o grêmio estudantil é uma entidade que representa os interesses dos demais estudantes.

Além disso, o próprio processo de eleger os representantes do grêmio e as formações das chapas que concorrerão a esse cargo, é um processo democrático, uma vez que, os estudantes devem manifestar interesse em participar dessa entidade, em seguida, montarem suas chapas e projetos, apresentando para as turmas, e se elegerem através do voto dos demais estudantes que de alguma maneira se sentiram representados pela chapa eleita.

Nesse sentido, as análises das produções acadêmicas e entrevistas realizadas com os atores da escola, revelam desafios e possibilidades para a participação do grêmio estudantil no processo de decisões da escola. A análise realizada destaca dificuldades e eventualidades dos aspectos que envolvem a democratização no ambiente escolar, enfatizando as potencialidades e limitações. A democratização é essencial para que a escola seja compreendida como local de liberdade e que as pessoas possam participar dos processos que a envolve. No entanto, o Grêmio estudantil tem suas possibilidades limitadas ao não participar das decisões que influenciam significativamente na escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), e em relação a representatividade dos alunos e seus interesses, que segundo as entrevistas é um processo que possui falhas e pode melhorar. Assim, o grêmio estudantil é compreendido como uma entidade que se limita a realizar somente eventos festivos e gincanas esportivas, promovendo o entretenimento no ambiente escolar.

Desse modo, as características que fazem parte e definem o grêmio, como, por exemplo, uma entidade representativa dos demais estudantes e seus

interesses, a participação ativa nas decisões, não estão presentes nesse contexto, causando uma descaracterização dessa entidade, importante para a democratização do espaço escolar.

Considerando os resultados obtidos durante o processo de pesquisa, é necessário refletir sobre a realidade estudada e ter esperança de que esta seja transformada. Para Paulo Freire, (Freire, 1992), é preciso ter esperança de dias melhores, mas não no sentido de esperar que esses dias cheguem sem que haja o mover, e sim no sentido de fazer algo para mudar a realidade vivenciada, ou seja, é preciso ação, ter esperança e se mover para que o desejo se torne realidade e não se limite apenas ao sentimento de ficar desejando, sem mover-se, ou seja, é necessário ter atitudes e ações para que a realidade seja transformada, construída e reconstruída quantas vezes necessária.

6 REFERÊNCIAS

BASTOS João Baptista (org). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BRASIL. Constituição (1889). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de janeiro, RJ.

BRASIL. Constituição (1930). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** [PCN]. Brasília: MEC, 2000.
Centro de Ensino Liceu Maranhense; **Projeto Político Pedagógico**; São Luís; MA; Escola;2018;

CERRONI, U. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DA HORA, Dinair Leal. **Gestão Educacional Democrática .** São Paulo: Alínea. 2007. (Coleção educação em debate).

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política participativa**. São Paulo: Cortez, 1993.

Democracia.In.: Dicio, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em:, https://www.dicio.com.br/democracia/:,12/02/25.

DOURADO, L. F**. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências**, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 93-115

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Vinicius ruiz albino de; PIOVEZAN, Elioenai dos santos; PORTÉRO, Cristina schmidt silva. **O grêmio estudantil e os desafios da gestão democrática na escola pública.** Revista Humanidades e Inovação, v.7, n.6, 2020.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Disponível em < http://conae2014.mec.gov.br/images/ pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>. Acessado em 24fev.2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1. ed. 1987; 2. ed. 1989; 3. ed. 1991; 4. ed. 2002; 7ª tiragem. São Paulo. Atlas S.A. 2002

GOMES, Alfredo Macedo; ANDRADE, Edson Francisco de. **Autonomia da Escola: dimensões e contradições no sistema municipal de Recife**. In: ENCONTRO DEPESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE (14.: 2007: Maceió). Anais. Maceió, Alagoas, 2007. p. 1-15

LDB-Lei n 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasilia:MEC,1996. BRASIL.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (**PNE**) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Série Cadernos de Gestão).

MOURA, M. R. L. **O grêmio estudantil na gestão da escola democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas?** Revista de Ciências da Educação – UNISAL. Americana (SP), Ano XII, N. 23, 2º semestre/2010, p. 273-292

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 79-89, 2003.

PARO, V. H. **Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática**. In: _____. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002. p.175.

PARO, Vitor Henrique**. Gestão Democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

PIRES, Daniela de Oliveira; PERONI, Vera Maria Vidal. **Os desafios para o processo de democratização da escola pública.** Roteiro, vol.43, Esp.,pp. 299-326, 2018, Universidade do Oeste de Santa Catarina.

SPÓSITO, M. P. **Educação, gestão democrática e participação popular**. In: BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 2001.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2009.

WEBER, Silke. **Políticas educacionais, práticas escolares e objetivos de aprendizagem: repercussões na sala de aula**. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUZA, Luciana Freire E.C. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro, DP&A, editora, 2003.

APÊNDICE – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR ADJUNTO, PROFESSOR, MEMBROS DO GRÊMIO ESTUDANTIL E ALUNOS DA ESCOLA

1. Como foi o processo de formação das chapas para concorrer ao grêmio?
2. Como foi o processo eleitoral do grêmio estudantil?
3. Como foi a divulgação das chapas?
4. Quais eventos/atividades são realizados pelo grêmio?
5. Como é a relação do grêmio estudantil com os outros alunos? E com a gestão da escola?
6. O grêmio participa dos processos decisórios da escola ? Quais?
7. Você observa diferença na escola com e sem o grêmio estudantil? Quais?
8. Você se senti representado pelo grêmio (somente para os estudantes da escola)
9. Como você compreende/ avalia o grêmio estudantil?

ANEXO

UNIVERSIDADEFEDERALDOMARANHÃO
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS
CURSODEPEDAGOGIA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Através do presente instrumento, solicitamos do(a) Gestor(a), Deurivan Rodrigues Sampaio da instituição Centro de Ensino Liceu Maranhense autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho Monográfico do(a) aluno (a) Wendy Moreira Ribeiro, orientado
(a) pelo Profº Dr. Carlos André Sousa Dublante, tendo como título preliminar: A participação do grêmio nos processos decisórios da escola .

A coleta de dados será feita através da realização de entrevistas e registro de observações realizadas em diário de campo. A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão. As informações aqui coletadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa.

São Luís, 17/02/2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS ANDRE SOUSA DUBLANTE
Data: 17/02/2025 15:33:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profº Dr. Carlos André Sousa Dublante
Departamento de Educação I/CCSO/UFMA
Professor Orientador da Pesquisa

Deferido ()

Indeferido()

Assinaturaecarimbodogestor

Deurivan Rodrigues Sampaio
Diretor Geral
Mat. 281736-01. CPF: 157.606.503-00